



APÊNDICE ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1. DADOS DO PROCESSO		
Nº do Processo:	43725/2024	
Estudo Preliminar nº:	107/2024	
Secretaria:	Secretaria Municipal de Saúde	
Setor / Órgão:	Subsecretaria de Vigilância em Saúde, Subsecretaria de Atenção Básica, Estratégia da Saúde da Família, Gerência de Saúde Mental (CAPS i, CAPS AD, CAPS III e Residências Terapêuticas).	
Objeto:	Os estudos preliminares aqui resumidos, tem por objetivo subsídio básico para a elaboração do Termo de Referência, para encontrar a melhor solução que atenda a necessidade de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) 13kg e 45kg , para atender as necessidades da Subsecretaria de Vigilância em Saúde, Subsecretaria de Atenção Básica, Estratégia da Saúde da Família, Gerência de Saúde Mental (CAPS i, CAPS AD, CAPS III e Residências Terapêuticas), pelo período de 1 (um) ano.	
Equipe de Planejamento:	Gestor: Igor Faria de Jesus – Mat.: 063.036	
	Apoio Técnico: Alícia S. Emerich – Mat.: 063.219	
	Apoio Técnico: Alexandra R. Barbosa – Mat.: 299.038	
	Apoio Técnico: Flávia Pinheiro Teixeira – Mat.: 112.098	
	De acordo: Gabriel Costa Wenderroschy – Mat.: 063.454	
2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES		
Até o presente momento não foi regulamentado pelo Município o plano anual de contratação, porém, cabe destacar que o objeto a ser contratado é solicitado de forma corriqueira e anual por esta Secretaria Municipal de Saúde.		



3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados.

Trata-se de um material indispensável e essencial à rotina da unidade de saúde.

Trata-se de Processo Administrativo visando a demanda, de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) em cilindros de 13kg e 45kg, que visa contribuir para o regular abastecimento e funcionamento das rotinas das unidades e dispositivos de saúde, sendo objeto indispensável para a manutenção de suas atividades diárias, visando atender de forma direta e indireta as necessidades de servidores e colaboradores que atuam nas unidades e demais usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Ressalta-se que as especificações técnicas, bem como os quantitativos dos objetos solicitados, foram indicados pelas equipes técnicas das unidades de saúde, as quais se responsabilizam por todas as informações lançadas nos documentos requisitórios.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá observar os seguintes requisitos quanto da Sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 2022, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA.

Estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013.

Possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA.

Possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, deverá:

Elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente.

Adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento.

Informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou



outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

Atender às solicitações nos prazos estipulados.

Aceitar o controle/análise de qualidade dos materiais, realizada pelas unidades requisitante.

Fornecer os materiais descritos com rapidez e eficiência.

Entregar os produtos contendo em sua embalagem, rótulo para conferência, com data de fabricação, validade de no mínimo 2/3 da validade total do material, e/ou vida útil, aos itens aplicáveis.

Quanto a indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021), não cabe para o objeto do presente.

Quanto a exigência de amostra, não cabe para o objeto do presente.

Quanto da vedação de contratação de marca/produto, não cabe para o objeto do presente.

Quanto a exigência de carta de solidariedade, não cabe para o objeto do presente.

Quanto a exigência de garantia de contratação, não cabe para o objeto do presente.

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

A empresa contratada deverá fornecer, sem custo para a contratante, pelo período de 1 ano, os cilindros de 13kg e 45kg, que deverão permanecer em Regime de Comodato para as unidades de saúde Vigilância em Saúde e Ger. de Saúde Mental. Para as demais unidades, as mesmas já possuem os cilindros.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Para a Subsecretaria de Vigilância em Saúde, o quantitativo solicitado teve como base o uso, por semestre, de 2 unidades e 2 unidades no Ponto de Apoio aos Agentes de Combate às Endemias, que atuam na região do 3º Distrito, realizando visitas domiciliares, campanhas de vacinação e acompanhamentos direcionados, conforme justificativa acostada à fl. 02.

Para Subsecretaria de Atenção Básica, o quantitativo solicitado teve como base os anos de 2022, 2023 e 2024 (10 meses), conforme justificativa acostada às fls 03/04.

Para a Estratégia da Saúde da Família, o quantitativo solicitado teve como base o consumo dos anos de 2021/2022, 2022/2023 e 2023/2024, com uma margem de 20% dos anos de 2023/2024, conforme justificativa acostada às fls 09/10.

Para a Gerência de Saúde Mental (CAPS i, CAPS III e CAPS AD), o quantitativo solicitado teve como base o consumo dos anos de 2022, 2023 e 2024, conforme justificativa acostada às fls 05/08. Para as Residências Terapêuticas, o quantitativo solicitado teve como base o consumo do ano de 2024, com uma margem de segurança de 25%, devido a possibilidade da abertura de mais uma residência terapêutica, conforme justificativa acostada às fls 06/08.



ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID	VIG. EM SAÚDE	SAB	ESF	GER. SAÚDE MENTAL	TOTAL
01	461652	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) - P13	UNID.	4	60	102	168	334
02	461652	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) - P45	UNID.	0	0	0	18	18
<p>O GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) P13 DEVE SER FABRICADO SEGUNDO NORMA NBR 8460 DA ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. POSSUIR DISPOSITIVO DE SEGURANÇA DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 8614.</p> <p>A empresa contratada deverá fornecer, sem custo para a contratante, pelo período de 1 ano, os cilindros de 13kg e 45kg, que deverão permanecer em Regime de Comodato para as unidades de saúde Vigilância em Saúde e Ger. de Saúde Mental. Para as demais unidades, as mesmas já possuem os cilindros.</p>								
<p>6. LEVANTAMENTO DE MERCADO</p> <p>Dentro do presente estudo, foram analisadas as contratações anteriores feita por esta Secretaria Municipal de Saúde, através dos processos administrativos sob nº 31588/23 e 2816/24, onde foi verificado que não houve nenhuma dificuldade para a aquisição e o sucesso da licitação de ambos os processos administrativos.</p> <p>Foram também analisados processos de contratações semelhantes feitas por outros órgãos/entidades, por meio de consultas a outros pregões/editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem a necessidade das unidades requisitantes.</p>								
OBJETO			ÓRGÃO CONTRATANTE			PREGÃO		
Gás GPL 13kg e 45kg			Prefeitura Municipal de Saquarema			PE 018/23		
<p>Fonte: https://licitacoes.saquarema.rj.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/Edital_PE_018-23_retificado.pdf</p>								



Foi observado que para a aquisição do objeto, o estabelecimento realiza a contratação de forma **similar à que se pretende adotar**.

Não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade para aquisição do objeto, assim, deve ser realizada pesquisa de mercado, conforme rege o Município de Nova Friburgo, com cesta de preços, que compõe as ferramentas eficácias como Banco de Preços, ferramenta esta reconhecida pela transparência e confiabilidade dos dados apresentados, preços de internet, bem como seus diversos fornecedores para o objeto.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Em análise ao processo administrativo sob nº 2816/2024, com base na Ata de Registro de Preço Sob nº 131/2024, estima-se o preço da contratação no valor de R\$ 40.204,80 (quarenta mil, duzentos e quatro reais e oitenta centavos), conforme planilha abaixo:

Item	Catmat	Especificação	Unid	Quant	Último Preço Praticado	Total
01	461652	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) - P13	UNID.	334	R\$ 99,90	R\$ 33.366,60
02	461652	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) - P45	UNID.	18	R\$ 379,90	R\$ 6.838,20
Valor Total Estimado					R\$ 40.204,80	

Logo, cabe ressaltar que serão considerados para fins de escolha do melhor preço na presente contratação, os valores alcançados pela Secretaria de Infraestrutura e Logística, na ocasião da pesquisa de preços, os quais serão devidamente apurados pelo Setor de Gestão de Processos, Contratos e Convênios da Secretaria, para fins de utilização como parâmetro para o futuro certame.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Aquisição, sob demanda, de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) 13kg e 45kg, para atender as necessidades da Subsecretaria de Vigilância em Saúde, Subsecretaria de Atenção Básica, Estratégia da Saúde da Família, Gerência de Saúde Mental (CAPS i, CAPS AD, CAPS III e Residências Terapeuticas), pelo período de 1 (um) ano.

A aquisição a contratar é enquadrada como bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de aquisições usuais de mercado. Dessa



forma, a contratação deverá ser realizada por Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, via registro de preço, pelo critério de julgamento do tipo menor preço global.

Quanto à adoção do critério de julgamento de menor preço global, a Administração entende por adequada a escolha considerando presumida inconveniência de a Administração possuir inúmeros fornecedores, com maior probabilidade da ocorrência de transtornos referentes as entregas separadas, descontínuas e não sincronizadas, que em nada contribuem para o alcance do interesse público. Complementamos os argumentos desta Administração no sentido da inconveniência da contratação de inúmeros fornecedores no controle/fiscalização de diversos pedidos e datas de entrega, fatos passíveis de ocasionar prejuízo aos destinatários dos produtos, neste caso, as pessoas atendidas nas Unidades Requisitantes.

Pela utilização do Sistema de Registro de Preço (SPR), com enquadramento em uma das hipóteses previstas no art. 3º do Decreto Federal nº 11.462/2023, de 31/03/2023, refere-se ao Inciso V, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Vale lembrar que o SPR há apenas a prerrogativa de contratação, porém, não é garantida a obrigação futura ou compromisso, assim, o quantitativo a ser adquirido será de acordo com a necessidade demandada pelas unidades requisitantes.

Dessa forma, a contratação deverá ser realizada por Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, via registro de preço, pelo critério de julgamento do tipo menor preço global.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Mediante nossa análise, apontamos para o não parcelamento do objeto, uma vez que detectamos que o conjunto dos itens a serem fornecidos devem estar sob a mesma responsabilidade do contratado, com execução de etapas interligadas e não isoladas, vislumbrando a realização de uma única licitação e adjudicação em um único lote distinto, dado o entendimento pela administração de inviabilidade técnica e econômica no parcelamento do objeto. Quanto à adoção do critério de julgamento de “menor preço global”, para a aquisição do objeto, a Administração entende por adequada a escolha considerando presumida inconveniência de a Administração possuir vários fornecedores, com maior probabilidade da ocorrência de transtornos referentes as entregas separadas, descontínuas e não sincronizadas, que em nada contribuem para o alcance do interesse público. Complementamos os argumentos desta Administração no sentido da inconveniência da contratação de inúmeros fornecedores no controle/fiscalização de diversos pedidos e datas de entrega, fatos passíveis de ocasionar prejuízo aos destinatários dos produtos, neste caso, as pessoas atendidas na unidade de saúde.

10. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO

A presente aquisição visa suprir a demanda das atividades das unidades de Saúde, contribuindo, assim, para o bom e regular funcionamento da rotina das unidades e dispositivos de saúde.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

As unidades requisitantes já possuem toda a estrutura mínima necessária para viabilizar a contratação, como profissionais capacitados para a correta fiscalização e os equipamentos/estruturas necessárias.



12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não existem, no momento da elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, contratações correlatadas/interdependentes que poderão influenciar de alguma forma no prosseguimento do presente feito.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação deverá observar os seguintes requisitos quanto da Sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 2022, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA.

Estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013.

Possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA.

Possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, deverá:

Elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente.

Adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento.

Informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Considerando se tratar de um material enquadrado em bem comum, o qual é solicitado todos os anos pela administração.

Considerando a essencialidade do material para o devido funcionamento da unidade requisitante.

Considerando os documentos complementares acostados ao presente.

Considerando todos os apontamentos já mencionados anteriormente neste estudo preliminar, conclui-se que a pretendida contratação é viável e imprescindível.

15. RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares da Secretaria participante e que o mesmo traz os conteúdos previstos no parágrafo 1º do art.18 da Lei nº14.133/21.

Nova Friburgo/RJ, 04 de dezembro de 2024.

Igor Faria de Jesus
Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS
Mat.: 063.036

APOIO TÉCNICO:		
<p>Alícia S. Emerich Sub. de Vig. em Saúde Mat.: 063.219</p>	<p>Alexandra R. Barbosa Sub. de Atenção Básica Mat.: 299.038</p>	<p>Flávia Pinheiro Teixeira Gêr. Saúde Mental Mat.: 112.098</p>

Ciente, de acordo:

GABRIEL COSTA WENDERROSCHY
Secretário Municipal de Saúde
Mat.: 063.454